

ANÁLISE E CRÍTICA LITERÁRIA II

OS SERTÕES: ARTE E HISTÓRIA

Victoria Saramago (UERJ)
vicsaramago@hotmail.com

Que *Os sertões* ocupam um lugar único na tradição literária brasileira, certamente não se pode negá-lo. Comparada por inúmeros críticos às grandes narrativas de guerra da literatura ocidental, como a *Iliada*, a *Canção de Roland* e *Guerra e paz*, trata-se de uma obra que ultrapassa classificações como relato histórico ou depoimento, constituindo um dos documentos fundadores de nossa nacionalidade.

Tal singularidade, no entanto, não advém apenas das qualidades da obra, tanto tomada como documento histórico quanto como ficção. É precisamente um de seus aspectos mais intrigantes e discutidos esta dificuldade de inseri-la no campo da história e da ciência ou no da literatura e das belas-lettras. Afinal, é evidente a intenção de Euclides da Cunha de montar um painel do sertão brasileiro e de suas gentes que tenha a credibilidade de uma tese científica. O próprio autor afirma, na “Nota Preliminar” a *Os sertões*, que “intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar de futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil” (Cunha, 2002, p. 65). Ou seja, Euclides não apenas se propõe a um estudo do sertanejo – o que naturalmente denota antes um caráter científico do que propriamente literário –, como destina sua obra, sobretudo, aos “futuros historiadores”, o que a inseriria automaticamente num âmbito histórico e sociológico.

Porém, o autor conclui a mesma “Nota Preliminar” com uma citação de Taine na qual se insurge contra “os autores que não alteram nem uma data, nem uma genealogia, mas desnaturam os sentimentos e os costumes, que conservam o desenho dos acontecimentos mudando-lhes a cor, que copiam os fatos desfigurando a alma” (Cunha, 2002, p. 67). Aqui o tom parece passar por uma mudança: não basta fornecer dados objetivos, mas é preciso transmitir-lhes a alma e o colorido; e vai mais longe quando coloca esta última condição como mais importante ainda do que os próprios dados objetivos. Começa então a ganhar força a possibilidade de a concepção de história de Euclides comportar variações em relação à concepção positivista

e oitocentista de que é herdeiro. Caberia ao historiador não apenas coletar e dispor rigorosamente as informações que integrarão seus escritos, mas também atribuir a elas uma interpretação e uma organização que muito as aproximariam de uma obra ficcional. Desse modo, o leitor não apenas ficaria a par dos acontecimentos, mas teria deles uma experiência significativamente mais vívida e marcante.

Essa ambivalência de *Os sertões*, como já fora mencionado, foi objeto de inúmeras discussões. Como classificá-lo, enfim? Considerar ficção ou poesia uma obra cujo subtítulo de um dos capítulos é “Complexidade do Problema Etnológico no Brasil”? Ou tratar como tese histórica um documento cuja linguagem admite extravagâncias da ordem de “paraíso tenebroso” ou “tumulto sem ruídos” (Bosi, 1994, p. 310)? A opinião dos críticos se divide. Alguns não negam a impossibilidade de classificá-lo de uma forma ou de outra, como é o caso de Alfredo Bosi: “é preciso ler esse livro singular sem a obsessão de enquadrá-lo em um determinado gênero literário” (Bosi, 1994, p. 309). Outros tomam partido com mais clareza.

Afrânio Coutinho, por exemplo, defende abertamente *Os sertões* como obra de ficção no artigo “Os Sertões, obra de ficção” (1995): “de qualquer modo, todavia, livro de ciência é que não é. Euclides era um artista, um ficcionista, um criador de tipos, tal qual um romancista” (Coutinho, 1995, p. 66). E para embasar seu argumento, atenta para a liberdade formal que sempre caracterizou o gênero romance. Não pretende, com isso, classificar o livro como um romance, mas sim como um “romance-poema-epopéia, no qual predomina o sentimento trágico”, sendo a típica tendência do romance à experimentação mais um dos ingredientes que possibilitaram a criação da obra.

Já Leopoldo M. Bernucci, no Prefácio a *Os sertões* (2002), considera impróprio classificá-lo como uma obra de ficção, apesar de observar que “um dos seus discursos mais tonificantes [é] aquele que imita o da ficção” (Bernucci, 2002, p. 42). Uma vez que, entretanto, nem todos os seus discursos passaram por um processo de ficcionalização, não seria correto considerar a obra como tal. Bernucci ressalta, porém, a profusão de quadros épicos, o que a aproximaria da épica. Ainda assim, isso não significa se tratar de uma obra ficcional, pois, como sustenta o autor, a “linguagem épica [é uma] linguagem à

ANÁLISE E CRÍTICA LITERÁRIA II

qual o conceito de ficcionalidade não se aplica da mesma forma como se aplicaria ao romance.” (Bernucci, 2002, p. 44)

Uma breve comparação entre as propostas de Coutinho e Bernucci já podem delinear uma idéia da polêmica formada em torno da questão, que atravessou o século XX. Como efeito, já em 1938 o Itamarati realizava um ciclo de conferências para discuti-la, como informa Olímpio de Souza Andrade em *História e interpretação de Os sertões* (Andrade, 2002, p. 403). O autor, inclusive, traça nesse livro um excelente panorama da recepção de *Os sertões* e das diferentes opiniões acerca dos problemas de defini-lo como uma obra literária ou como um documento histórico-sociológico. Andrade nota também que as duas primeiras partes – “A terra” e “O homem” – possuem um discurso mais comprometido com a ciência e a história, ao passo que a terceira parte – “A luta” – se permitiria uma maior liberdade tanto no tom da linguagem quanto nos quadros narrativos, o que a aproximaria bem mais do que as outras da ficção. O autor cita, inclusive, uma série de pequenas incongruências e informações deturpadas presentes na terceira parte, apesar de afirmar que, como um todo, ela não difere dos outros relatos sobre o episódio.

Andrade traz à tona também um dado importantíssimo, já anteriormente mencionado no presente trabalho, relativo à própria concepção de história defendida por Euclides. Nesse ponto, é de extrema importância o trecho de Taine que serve de conclusão à “Nota Preliminar” de *Os sertões*, uma vez que nele ficaria explícita a idéia de que o historiador gozaria de uma liberdade sensivelmente maior de recompor e interpretar os fatos de acordo com seu próprio entendimento e até mesmo sua imaginação. Segundo Andrade,

O fato é que, realizando o seu trabalho de fotomontagem e poesia, Euclides não ignorava, como hoje ensinam os mestres no gênero, que a História se faz através de fontes, pesquisas e documentos, mas que a sua elaboração participa da obra de arte, necessitando de imaginação para recriar o que aos poucos se extinguiu. (Andrade, 2002, p. 438-439)

Da mesma forma, Bernucci já ressaltara essa noção euclidiana de história, ressaltando que com ela convivia uma outra, essencialmente aristotélica, que compreendia a verdade histórica por oposição aos fatos imaginados.

Com efeito, a instabilidade na conceituação de uma verdade histórica parece ocupar a raiz do problema. Afinal, se Euclides admite um discurso histórico um tanto romanceado, não há estranheza alguma no fato de circunscrever *Os sertões* nos limites da história e, conseqüentemente, endereçá-lo aos futuros historiadores, como faz na “Nota Preliminar”. O maior problema, nesse caso, seria aceitar essa sua concepção de história, tendo em vista suas fortes discrepâncias para com a concepção mais comumente aceita, i. e., a aristotélica. Aqui entraria então uma discussão mais ampla, sobre o que se deve entender por história, e até que ponto a imaginação e a ficcionalização devem ser admitidas ou rejeitadas no discurso histórico.

Se aceitarmos, por exemplo, os argumentos de um teórico como Hayden White, segundo os quais o historiador promove uma recriação dos fatos de acordo com as expectativas da sociedade a que pertence, sendo esta recriação portanto bastante próxima da criação literária (White, 2001), não há empecilhos à classificação de *Os sertões* como um documento histórico. Para White, as narrativas históricas não estruturas simbólicas ou metáforas de longo alcance, e a parcialidade do historiador está presente na própria linguagem que emprega na descrição dos fatos. Nesse caso, *Os sertões* seria uma narrativa histórica que, por se valer de uma linguagem extremamente trabalhada, e por isso mesmo destoante da linguagem predominantemente utilizada nesse tipo de documento, ressaltaria aquilo que, no discurso histórico, aproxima-se do literário. E qual seria o resultado prático de tal procedimento? Ora, Euclides já o indica com clareza em sua “Nota Preliminar”:

Aquela campanha lembra um refluxo para o passado.
E foi, na significação integral da palavra, um crime.
Denunciemo-lo. (Cunha, 2002, p.67)

De fato, a obra é perpassada por um inegável caráter de denúncia, ainda que, como afirmou o autor, seu objetivo não fosse o de defender os sertanejos, mas antes o de fazer vir à luz a verdade.

Antes da publicação de *Os sertões*, a Guerra de Canudos já ganhara espaço na imprensa mundial, além dos inúmeros livros e depoimentos sobre ela produzidos na época. Os detalhes sórdidos do crime levado a cabo em Canudos, porém, tanto devido à censura oficial à imprensa quanto à influência de uma mentalidade colonialista,

ANÁLISE E CRÍTICA LITERÁRIA II

a princípio passaram ao largo da opinião pública. A isso some-se a incomunicabilidade do movimento que, segundo Berthold Zilly, levou o exército a “agir num *homizão*, (...) pensando que “a História não iria até ali”, de modo que os seus crimes ficariam silenciados” (Zilly, 2002, p. 431). Assim, os sertanejos eram sumariamente acusados de monarquistas e anti-patrióticos, representando uma ameaça ao estado republicano recém-constituído, o que deveria bastar para convencer a opinião pública da necessidade da guerra e abafar as atrocidades cometidas. Com efeito, foi só a partir da publicação de *Os sertões* que muitas delas vieram à tona, e mesmo assim os responsáveis permaneceram impunes.

Dessa forma, o livro já possui de partida um caráter de denúncia, bem claro na “Nota Preliminar” e que vai ganhando corpo ao longo do texto. Seu objetivo é essencialmente transformador: Euclides pretende, com sua obra, realizar na sociedade a mesma transformação que se opera em si próprio, quando, como correspondente da *Folha de São Paulo* na guerra alguns anos antes, seus preconceitos social-darwinistas foram cedendo lugar a uma observação mais autêntica tanto da barbárie de que eram vítimas os sertanejos quanto de seus motivos para lutarem e resistirem até o fim. Para esse objetivo, conta com fatos, dados históricos, informações precisas, ou seja, todo o aparato necessário à produção de um relato de guerra historicamente fundamentado, como tantos outros surgidos no período.

O que fez, no entanto, com que esses tantos outros desaparecessem, ao passo que *Os sertões* se tornou epopéia nacional, um dos documentos-símbolo da nacionalidade brasileira? Qual era a força dessa obra, que escapava às outras e que determinou sua permanência na tradição literária brasileira? A essas questões, a meu ver, não há resposta possível sem levar-se em conta o aspecto literário da obra. Parece-me ser em grande parte devido à atemporalidade da obra de arte, que a leva a ultrapassar o contexto histórico e se firmar como uma obra permanentemente atual, que *Os sertões* manteve sua força e seu interesse até os dias de hoje.

Destaca-se, por exemplo, o trabalho minucioso de Euclides para com a linguagem, cujos resultados foram, entre outros, extravagâncias como o “paraíso tenebroso” ou o “tumulto sem ruídos” já citados. É o que Alfredo Bosi chamaria de “barroco científico”:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A expressão “barroco científico”, com que já se procurou batizar a linguagem, indica-lhe a essência, se em “barroco” visualizamos, antes de mais nada, um *conflito interior* que se quer resolver pela aparência, pelo jogo de antíteses, pelo martelar dos sinônimos ou pelo paroxismo do clímax. (Bosi, 1994, p. 310)

Tal recurso lingüístico é verificado em inúmeros momentos, mas há outros procedimentos que caracterizam um tratamento mais tipicamente literário. Um dos mais interessantes talvez seja o modo cadenciado pelo qual terminam inúmeros capítulos ou sub-capítulos. Assim, após uma descrição mais objetiva da cena em questão, na qual não haveria muito espaço para um desenvolvimento mais artístico, é comum o autor inserir uma frase de efeito e finalizá-la com reticências, o que daria um tom significativamente mais dramático e poético à cena narrada. Em “Triunfos pra Telégrafo”, por exemplo, que integra o “Capítulo V” da “Quarta Expedição”, a última frase começa com o tom mais contido do sub-capítulo todo, porém seu final joga o leitor novamente ao drama da questão, cujo efeito é intensificado pelas reticências: “Mais verídicos, porém começaram desde o dia 27 de julho a seguir para o litoral, demandando a capital da Bahia – os documentos vivos da catástrofe...” (Cunha, 2002, p. 627)

Os retratos humanos, da mesma forma, constituem trechos comoventes do texto. São os momentos nos quais Euclides ou se detém sobre o exemplo de algum personagem em particular, ou continua tratando da coletividade, mas por um viés visivelmente mais sensível. Pode-se perceber, nesses casos, uma verdadeira tentativa de destrinchar o drama humano que perpassa e transcende a questão histórica, numa busca por um universalismo que poderia também ser apontado como um dos grandes fatores para a permanência da obra. Note-se, por exemplo, a pungência do trecho em que se descrevem as mulheres de Canudos:

Algumas valiam homens. Velhas megeras de tez baça, faces murchas, olhares afuzilando faúlhas, cabelos corredios e soltos, arremetiam com os invasores num delírio de fúrias. E quando se dobravam, sob o pulso daqueles, juguladas e quase estranguladas pelas mãos potentes, arrastadas pelos cabelos, atiradas ao chão e calcadas pelo tacão dos coturnos – não fraqueavam, morriam num estertor de feras, cuspingo-lhes em cima um esconjuro doloroso e trágico... (Cunha, 2002, p. 614)

Deve-se lembrar ainda o próprio movimento geral da narrativa, que vai num *crescendo* cada vez mais intenso, até chegar às

ANÁLISE E CRÍTICA LITERÁRIA II

grandiosas cenas de guerra nas batalhas finais, semelhantes às de *Guerra e paz*, por exemplo. Esse aumento progressivo da tensão dramática é, certamente, um dos aspectos mais arrebatadores da obra, e um dos grandes responsáveis por sua permanência na nossa tradição literária. “Onde Euclides mostra sua vocação de ficcionista, de romancista, é na sua capacidade para *movimentar* massas, jogá-las sinfonicamente, larga e numerosamente” (Oliveira, 1986, p. 210), afirma Franklin de Oliveira.

A tudo isso, acrescente-se o fato de o próprio Euclides, desde o início, ter planejado uma obra que ultrapassaria em muito o mero relato histórico:

Desde o início, *Os sertões* é concebido como um livro da literatura universal e, antes de escrever a primeira linha, o seu autor já combinou com um letrado franco-brasileiro na Bahia, Pethion de Villar, uma tradução para o francês, língua franca da época. (Zilly, 2002, p. 344-345)

Portanto, ambos os aspectos – o histórico e o literário – apresentam-se na obra com força suficiente para que se mostre infrutífera qualquer tentativa de classificá-la num determinado gênero que ignore algum deles. Franklin de Oliveira, cuidadoso a respeito do problema, propõe o que, a meu ver, seria a classificação mais interessante: uma obra de arte da linguagem (Oliveira, 1986, p. 208). Com isso, estaria respeitado o aspecto literário, sem que este excluísse o histórico-científico.

Não devemos nos esquecer ainda de que essa dificuldade de classificação deve-se antes de tudo a uma discrepância entre a concepção de história hoje mais difundida e a que defendia Euclides. Afinal, como já fora dito, para o próprio Euclides não havia problemas em tomar *Os sertões* como narrativa histórica, uma vez que esta última admitiria um tratamento literário. Nesse caso, levanta-se uma discussão acerca da definição e da função da história, bem como da (im)possibilidade de um historiador imparcial.

Ao final, sobressai o fato de que, com essa dupla orientação, Euclides atingiu os dois grandes objetivos firmados para *Os sertões*: os dados históricos representaram uma denúncia bombástica das atrocidades cometidas em Canudos e até então encobertas; ao passo que o admirável tratamento da linguagem e da narrativa deram à obra um lugar na literatura universal.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Olímpio de Souza. *História e interpretação de Os sertões*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.
- BERNUCCI, Leopoldo M. Prefácio. **In:** CUNHA, Euclides. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial: Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2002.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 49ª ed. São Paulo: Cultrix, 1994.
- COUTINHO, Afrânio. *Os Sertões*, obra de ficção. **In:** CUNHA, Euclides. *Obras completas*. Vol. II. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.
- CUNHA, Euclides. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2002.
- OLIVEIRA, Franklin de. Euclides da Cunha. **In:** COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. Vol. IV. Rio de Janeiro: J. Olympio; Niterói: EDUFF, 1986.
- WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. **In:** *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 2001.
- ZILLY, Berthold. Uma construção simbólica da nacionalidade num mundo transnacional. **In:** *Cadernos de literatura brasileira*: Euclides da Cunha. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2002.